



Acidente com morte

Aconteceu mais um acidente fatal entre as empreiteiras que trabalham para a Celesc. Dia 28 de dezembro, um empregado da Instaladora Eletrotécnica Líder Ltda, que trabalhava em Itá morreu. Orildo Severo da Silva, 22 anos, eletricista, estava em cima da carroceria de um caminhão da empresa, sem nenhuma proteção. O caminhão, por causa de excesso de velocidade, tombou e Orildo e mais dois empregados foram arremessados para fora do veículo. Orildo morreu na hora e os outros dois sofreram ferimentos graves.

Mais dois de volta

Foram reintegrados nesta semana mais dois empregados na Celesc. São dois digitadores demitidos no ano passado. A ação de reintegração foi aceita pela Justiça e os dois já estão trabalhando desde terça-feira. Bem-vindos!

Nova assessoria

Começa suas atividades na próxima semana o novo assessor de Formação e Cultura do Sinergia. O processo de seleção aconteceu em janeiro. Cinco candidatos se apresentaram e o escolhido foi Ari José Sartori. Com isto o Sinergia espera dar continuidade aos projetos destas áreas.

Representantes na Comcap

A nova administração da Comcap (Companhia de Melhoramentos da Capital) em Florianópolis, buscando transparência solicitou ao movimento sindical ligado à CUT, que indicasse representantes para seu Conselho Fiscal. A CUT além do sindicato dos municipais resolveu que deveriam estar representando as categorias dos eletricitários, bancários e trabalhadores em água e saneamento, que pertencem às maiores estatais da cidade. Os representantes além de total liberdade e autonomia da administração municipal propuseram a inclusão no estatuto da Comcap de um cláusula que assegurará a participação no Conselho Fiscal de representantes do conjunto do movimento sindical e popular. O Sinergia está representado por Mauro Passos.

Nº 213
04/02/93

LINHA VIVA

Golpe no Setor Elétrico

Pouco antes de proceder a escolha do novo Presidente da Câmara dos Deputados Federais, dia 2, os parlamentares votaram no regime de "urgência urgentíssima" o projeto de lei que estabelece o encontro de contas entre as empresas do Setor e a desqualificação das tarifas. "A maioria dos deputados nem

sabia do que se tratava, pois o projeto sequer passou pela Comissão de Energia da Casa", relata Mauro Passos, presidente do Sinergia.

O projeto é muito sério para ser aprovado como foi. As suas repercussões mais imediatas dizem respeito à Light e a Escelsa, que através do encontro de contas poderão ter os seus controles acionários passados da União para os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, respectivamente.

Estas alterações definidas pelo Congresso mexem na estrutura do setor e envolvem milhões de dólares. Os custos do acerto de contas, por exemplo, certamente terá um grande ônus que deverá ser repassado à população na formas de tarifas.

A votação se deu diante dos protestos de vários deputados contra a manobra de classificar o projeto como de "urgência urgentíssima", para evitar a tramitação nas comissões. Votaram a favor 294 deputados, 134 foram contra e 6 se abstiveram.



"Mecanismos de arrocho"

Clóvis Scherer
Técnico do Dieese

Passando por cima do processo de negociação, as empresas do Sistema Eletrobrás anunciaram, na semana passada, que adotariam "mecanismos de reajustes dos salários" complementares ao da lei em vigor. Explicando: vão estender uma parte das antecipações e reajustes que a lei prevê, também para a parcela dos salários de valor superior a 6 Salários Mínimos (SM).

De saída, os reajustes e antecipações só ocorrerão a cada dois meses. Na situação atual de inflação alta (27% ao mês), esta periodicidade já provoca perda de quase 40% do poder de compra em dois meses. E, neste ritmo, em todo terceiro mês do quadrimestre (fevereiro e junho), os cintos estarão apertados ao máximo. Isto vai ocorrer para todos empregados dessas empresas, mas será especialmente grave para os que recebem os mais baixos salários.

Uma segunda conclusão imediata é de que os salários de valor maior que 6 SM não terão reposição periódica das perdas, nem mesmo nos meses dos reajustes quadrimestrais (março e julho). Como na última data-base houve a reposição de perdas para todos, esta posição da Eletrobrás significa retrocesso em termos do que havia sido atingido na época.

São, portanto, dois os problemas da lei e do "mecanismo": frequência dos reajustes insuficiente para evitar deteriorização dos salários, e não garantia de reposição das perdas para todos. A reivindicação da Pauta Nacional dos Eletricitários é pelo reajuste mensal dos salários, de modo a superar estas deficiências.

Em outras empresas do setor estes problemas já tem melhor tratamento nos acordos coletivos. A Cemig, onde os trabalhadores também têm data-base em novembro, já acertou reajustes adicionais ao da lei, garantindo 33% em janeiro e 23% em fevereiro. As empresas paulistas renovaram o acordo com avanços - sempre que a inflação acumulada atingir 30% vão disparar um "gatilho", reajustando os salários com que exceder este percentual. Na prática, à exemplo do que vem funcionando há um ano, haverão reajustes mensais.

O caso mais próximo é o da Celesc, que se compromete a estender os percentuais da lei para todas faixas salariais e conceder reajustes também nos meses que a lei nada prevê. Estes últimos serão balizados pela arrecadação da empresa. É uma cláusula que reconhece a necessidade de manutenção do poder de compra dos salários, mas ao mesmo tempo condiciona os reajustes à situação financeira da empresa.

Este último aspecto, no caso das empresas do Sistema Eletrobrás, sequer aparece como justificativa para suas propostas. O anúncio do "mecanismo" não apresentou aos trabalhadores, e às entidades sindicais os motivos que embasaram a decisão. Dado o pouco peso dos gastos com pessoal destas empresas, fica a impressão de que repetem a tradição de serem políticos e não econômicos e financeiros.

Fundações estão falidas

Alertados com a súbita ascensão dos Fundos de Pensão no episódio da compra de ações de estatais privatizadas, técnicos da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social se puseram a estudar a saúde financeira destas instituições e concluíram que as coisas não andam bem em algumas delas.

A notícia, dada pela revista Veja desta semana, dá conta que entre os 41 fundos de pensão das estatais, 13 não têm dinheiro suficiente para pagar os benefícios. O rombo é de 4 bilhões de dólares.

Entre os fundos problemáticos, "que podem até quebrar", conforme o estudo da Secretaria de Previdência está o da Elos. Fazem companhia ao fundo da Eletrosul também o da Petro-

brás, da Caixa Econômica, da Rede Ferroviária.

O estudo não diz que houve corrupção na gerência destes fundos, mas deixa claro que existe pouco controle sobre o dinheiro das entidades. "Infelizmente, há pouquíssima transparência na administração desses fundos", diz o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola.

Na Elos todos já sabemos, depois de inúmeras denúncias, que além do caso da compra de ações da Sade, a dívida da patrocinadora (Eletrosul) para com o fundo e a apropriação indevida chegam a 50 milhões de dólares, sem contar que a presente diretoria teve seu mandato vencido em abril de 92.

Contra a Miséria, pela Vida

Estão sendo constituídos em todo Brasil Comitês da Cidadania, contra a Miséria e pela Vida, com ampla participação da sociedade civil. A idéia dos comitês surgiu durante reunião, em meados de janeiro, do Movimento pela Ética na Política. A preocupação consensual da reunião foi com a necessidade de continuar o movimento que levou ao impeachment. Não só as privatizações, mas também a lei das patentes, a lei dos portos, a questão sala-

rial e a questão agrária e o investimento na educação foram citados. Assim, como encaminhamento o Movimento pela Ética decidiu constituir em todas cidades Comitês da Cidadania, cujo ponto principal será combater a miséria absoluta. O Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) ficou encarregado de detalhar a proposta dos Comitês, enquanto que a CUT explicitará uma proposta de objetivos para exame ainda em fevereiro.

Alteração não foi assinada

Até o final da tarde do dia 2 a Celesc ainda não havia apresentado sua proposta de redação para a cláusula de reajuste salarial. A Intersindical está extremamente preocupada com a questão, pois enquanto não estiver no papel, as conquistas não estarão asseguradas.

"A alteração desta cláusula deve ser feita com cuidado e atenção, qualquer detalhe pode comprometer o teor do que foi acordado nas negociações", alerta Arno Cugnier, diretor do Sinergia.

O reajuste de fevereiro será de 153,04% e a cláusula ainda não redigida deverá garantir que nos meses em

que for aplicada política salarial nacional ela será válida para todos os salários; nos outros meses deverá ser pago 80% da variação da arrecadação da empresa.

DEMITIDOS -Em fevereiro, com o retorno das atividades do Tribunal de Contas do Estado, deve ser definida a situação dos 112 demitidos da Celesc. O que se aguarda é uma alteração no relatório do TC sobre o assunto. A empresa comprometeu-se a gestionar junto aos conselheiros do Tribunal a readmissão dos demitidos. Em várias reuniões o presidente da Celesc afirmou que "a decisão política de readmitir já foi tomada".

ACIDENTES DE TRABALHO

Quando a vida não vale nada

Entre 1980 e 1990 foram registrados no Brasil 12.085 milhões de acidentes no trabalho, sendo que no Estado de São Paulo ocorreram 5.096 milhões de acidentes. Comparado a outros países industrializados o Brasil registra o maior número de óbitos na população economicamente ativa. Nos últimos anos, porém, o número de acidentados tem caído, mas o de óbitos se mantém. Isso só demonstra uma coisa: está havendo uma subnotificação dos acidentes.

Previdência Social pelo alto número de acidentados. "Ela se restringe a pagar os benefícios, não responsabilizando as empresas pelos acidentes e doenças ocorridas". Segundo a fiscal da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) de São Paulo, Fernanda Giannasi, a fiscalização realizada nas empresas é insatisfatória. Para ela as multas não são instrumentos eficazes para garantir uma melhora neste quadro. "Primeiro, o valor das multas é muito baixo. Segundo, caso haja visita do fiscal da DRT e sejam encontradas irregularidades,

Celesc - em 1992, foram registrados 24 acidentes do trabalho, desses 4 foram por doença profissional (doença adquirida no exercício do trabalho, exemplo, tenossinovite).

Na Administração Central e CRSC - Eletrosul - em 1992, foram registrados 40 acidentes do trabalho dos quais 4 de natureza profissional.

Conclui-se que a média mensal nas duas empresas é de 5,3 acidentes. Segundo Sovenir Macio Dias, diretor de Saúde e Segurança no Trabalho do Sinergia, "o que se observa é que embora sejam duas empresas bem equipadas e com infraestrutura suficiente para trabalhar, a questão da prevenção de acidentes deixa a desejar."

O Sinergia tem apontado vários focos de ambientes insalubres. No ano passado fez várias denúncias, solicitações, etc., porém as empresas têm se preocupado muito pouco. Basta observar os números que apresentamos acima.

Sovenir diz que na realidade estes números são maiores. "Com a política de privatização nas duas empresas, através da terceirização de serviços, as empresas contratadas em sua maioria não tem a mínima preocupação no que diz respeito a Segurança e Medicina do Trabalho, não tem Cipas constituídas, SESMT (Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho), etc. Nos contratos a Celesc e Eletrosul não exigem muito neste sentido, assim sendo, a maioria dos acidentes que ocorrem com estes trabalhadores sequer são registrados, por uma série de razões (demissão, medo, desconhecimento de leis, etc.) Em 1992 na Celesc, segundo dados do DVSM (Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho) não ocorreu nenhuma acidente fatal, o que é comum acontecer. Porém nas empreiteiras o número de acidentes fatais ultrapassaram a dez. Quem sofreu com a transferência de responsabilidade foi mais uma vez o trabalhador."

Sovenir Macio Dias alerta a todos trabalhadores: "exijam seus direitos, normatizados em lei - estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. Todos devem ler os manuais de legislação atlas - segurança e medicina do trabalho"

Na Administração Central e DPRE -



Um dos motivos para este grande número de acidentados, segundo uma CPI instaurada, no ano passado, pela Câmara Municipal de São Paulo, é a contratação de empreiteiras para realizarem os serviços mais perigosos. "Estes trabalhadores cumprem as atividades mais perigosas e não têm acesso às condições dos demais, que possuem vínculo empregatício. Além disto, não estão habilitados para realizar tarefas mais especializadas, estando mais sujeitos a acidentes", diz Normando Pereira dos Reis, diretor do Sindicato dos Químicos de São Paulo, que participou da CPI.

O técnico do Diesel (Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho), Antônio José de Arruda Rebouças, também ouvido pela comissão, responsabiliza a

des, é dado um prazo para tudo ser regularizado. E, por último: as multas não são arrecadadas". Ela conta que já autuou uma empresa 43 vezes. Destas 43 infrações, a empresa chegou a pagar 20. Mas, devido a erro do sistema, ao somar estas 20 multas, o valor encontrado não daria para pagar nem uma. As outras 23 eram relativas a reincidências e nem chegaram à empresa.

CELESC e ELETROSUL

Acidente de trabalho é aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, ou ainda pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause morte, perda ou redução da capacidade para o trabalho permanente ou temporária.



AVE FUSCA!

Delman Ferreira
Diretor do Sinergia

Semana passada, representando o CNE em Brasília, vivenciamos uma experiência emblemática, em termos de governo Itamar.

O Governo Collor tentou impor uma reformulação integral do setor elétrico. Naquela época, conseguiu-se enfrentar aquela violência e derrubar o decreto na prática.

O Governo Itamar, propõe reformas de mesma inspiração e de efeito também graves para os consumidores e para a economia de alguns Estados. Porém, ao invés de se utilizar de decretos ou de medidas provisórias, utiliza-se habilmente da "negociação" no Congresso.

Foi o que assistimos na audiência pública na Câmara dos Deputados, onde o presidente da Eletrobrás, Eliseu Rezende, foi debater o "Projeto de Tarifas". Respondendo a um deputado de Roraima que reclamava dos elevados custos do petróleo, o Sr. Eliseu disse que "assim como já se abriram diversas exceções para a Amazônia, podemos pensar em quebrar o monopólio da Petrobrás na região e comprar óleo na Venezuela". A um deputado que reclamava dos royalties de Itaipu, Eliseu prometeu reunir-se imediatamente com a diretoria daquela usina para liberação de verbas. Um deputado do PDT, do Rio de Janeiro, conseguiu incluir emenda que viabiliza a estadualização da Light, sonho do governador Brizola.

Assistimos também um presidente de empresa concessionária estadual defender o "direito à inadiplência", reclamando do repasse imediato dos custos de suprimentos. Os governadores do Estado foram contemplados com perdão de dívidas da ordem de 5 bilhões de dólares (energia consumida e não paga).

Com estas e outras "negociações" o Sr. Eliseu conseguiu dos deputados líderes dos partidos a aprovação da "urgência urgentíssima" para tramitação do projeto. Enquanto ocorriam estas negociações, tivemos conhecimento de lobbies de multinacionais e grandes consumidores para ampliar ainda mais seus privilégios.

Outra coisa porém chamou a atenção: trava-se um amplo debate, levado a todos lares pela TV, sobre a volta do FUSCA e, enquanto estamos distraídos, vai-se aprovando questões como o ajuste fiscal, criação de novos impostos, reformulação do setor elétrico, do sistema portuário, reforma agrária, etc.

Por fim, procuramos o Sr. Eliseu questionando o desrespeito à NEGOCIAÇÃO dos empregados e a demora na expulsão dos colíridos ainda agarrados nos seus cargos. Ele, sempre muito educado e atencioso, respondeu que estava em vigília permanente "até a aprovação do projeto. Só depois cuidaria destas questões.

Para nós, empregados, resta voltar a pressionar, à exemplo dos lobbies que o Sr. Eliseu recebe e atende, ou comemorar a volta do FUSCA.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Dinivaldo Gilloli. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS4966). Ilustrações Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone: (0482) 22-3866. Telefax: (0482) 23-5598. Telex: 481555. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.



Sinergia lança antologia de conto e poesia

Será lançado hoje, quinta-feira, o livro Conto e Poesia editado pelo Sinergia, que reúne os trabalhos premiados no I Concurso Literário, promovido pelo sindicato no ano passado.

O livro, com uma tiragem de 1.200 exemplares, e 132 páginas, foi composto na estação de editoração eletrônica, do Sinergia, pelo editor Gastão Cassel, sob a coordenação de Dinovaldo Gilioli, diretor de Imprensa e Cultura e responsável pelo concurso.

Participaram do concurso 158 escritores de todo Estado, num total de 450 trabalhos inscritos. Dino Gilioli diz que este trabalho teve como objetivo principal estimular a criação literária e promover o intercâmbio cultural em Santa Catarina, além de incentivar outras entidades sindicais a promover este tipo de manifestação.

Os resultados do concurso foram conhecidos em novembro passado. Participaram da comissão julgadora os escritores Amílcar Neves, Celestino Sachet e Silveira de Souza (responsáveis pela seleção

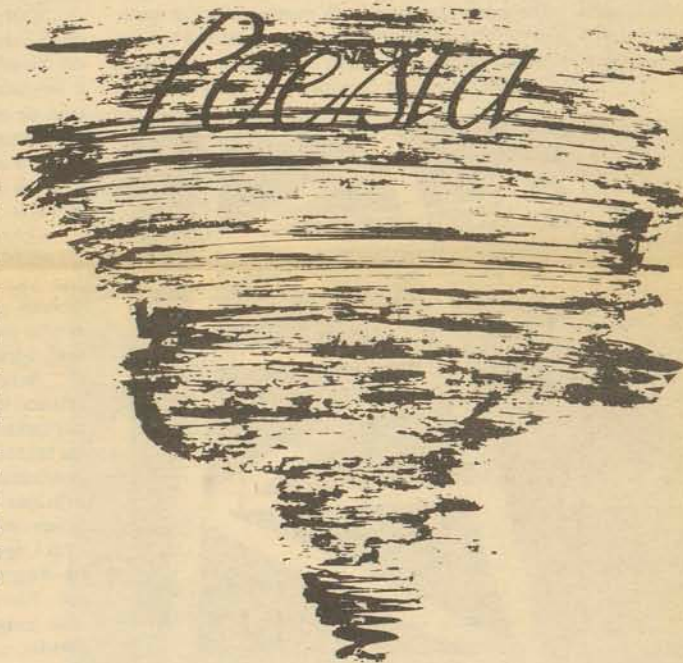
na categoria contos) e Hugo Mund Júnior, Lauro Junkes e Maria Helena Camargo Régis (categoria poesias).

A boa qualidade dos trabalhos surpreendeu os jurados. "O nível deste concurso é superior a outros que aconteceram há anos atrás. As pessoas têm mais consciência do ato de escrever", salientou na época Celestino Sachet. "A importância do concurso foi revelar escritores novos, uma vez que a maioria dos selecionados não é conhecida", destacou Maria Helena.

Gilioli avalia a iniciativa como um sucesso. "Foram 93 contos e 357 poesias inscritas, reunindo escritores já conhecidos, com livros publicados e iniciantes que nunca participaram de concursos. Isto é muito positivo".

O lançamento do livro acontece no Palácio Cruz e Sousa, a partir das 20 horas. Venha participar você também. Durante o evento o grupo instrumental Duo Simon (violão e violino) se apresentará executando músicas do repertório flamengo.

Conto
&



Selecionados em Poesia

Albert Lang, Alline Gonçalves Silva, Ana P. R. Hamms, Anderson da Costa, Cidnei Raul Soares, Dennis L. Radunz, Donald Malschitzky, Eloah R. M. de Castro, Emanuel Medeiros Vieira, Fábio Adriano Hering, Fabrício Noveletto, Inês Mafra, João Vicente de Borba Fº, Júlio César Ramos, Marcelo Alves, Marcos Augusto Faraco Peressoni, Marlene de Fáveri, Maurício da Cunha Lima, Miguel Russowsky, Mônica Ceola, Paulo Sá Brito, Rita Valéria Debiaze, Ruy Cesar F. Braga e Silvério Ribeiro da Costa.

Selecionados em Conto

Cláudio Lovato Fº, Emanuel Medeiros Vieira, Enéas Athanázio, Inês Mafra, James Clarkson Witt, José D. Adelar, Luiz Cézare Vieira, Lurdes Alves Machado Frutuoso, Marcelo Passamai da Silva, Oldemar Olsen Jr., Paulo Sá Brito, Rogério Luiz de Sousa, Soraya Nunes Lins e Zenilda Nunes Lins.